



# Núcleo de Tradução das Sociais

O presente texto foi modificado para otimizar arquivos PDF, o processo envolve a separação de uma página em duas, e o reconhecimento de texto em imagens, de maneira que o arquivo se torne grifável por meio de programas OCR (Optical Character Recognition).

Vale lembrar que, a disponibilização de arquivos digitais de qualidade na faculdade também é uma pauta de permanência estudantil, uma vez que a experiência de leitura – tão crucial num curso de ciências sociais – é extremamente influente no processo de entendimento do material.

Caso tenha interesse em participar do nosso projeto, entre em contato no  
instagram: @nts.usp

#### 4. Conclusão: expropriação e mineralização da condição humana

*O Ocidente conquistou o mundo não por causa da superioridade de suas próprias ideias, valores ou religião, mas pela superioridade demonstrada na aplicação da violência organizada. Com frequência, os ocidentais esquecem esse fato; os não ocidentais, porém, o têm muito presente.*

— Samuel Huntington, “Where is Raed?”

*O imperialismo contemporâneo é, em um sentido real, um imperialismo hegemônico, que se radicaliza no exercício de uma violência racionalizada e levada a níveis nunca antes conhecidos — através do sangue e do fogo, mas também através de uma tentativa de controlar os corações e as mentes. Seu conteúdo define a ação combinada do complexo militar-industrial e dos centros culturais hegemônicos do Ocidente, todos eles baseados nos avançados níveis de desenvolvimento alcançados graças ao monopólio e ao capital financeiro e sustentados pelos benefícios tanto da revolução científica e tecnológica como da própria segunda revolução industrial.*

— Anouar Abdel-Malek, *Social Dialectics.  
Nation and Revolution*

#### 4.1. Natureza mineral da ordem colonial moderna

*Prospectar, explorar, perfurar, escavar, dinamitar, explodir, extrair, triturar, moer, lixiviar, exportar.* Os verbos da mineração moderna dão conta, em um resumo fulminante, da *empresa colonial*. Suas ações, tarefas e fases emblemáticas falam, cabal e tecnicamente, do *colonialismo em ação*. Resumem-se à tarefa do descobrimento e da conquista, ou seja, da exploração. Exploração da natureza exterior e, simetricamente, da natureza interior.

A mineração moderna produz minerais para a vida moderna — que é absolutamente dependente da mineração, dos minerais e dos metais. Não poderia haver Estado nem Mercado; não poderia haver alianças matrimoniais, família, herança; desapareceria a maior e mais importante indústria que jamais existiu e que existe sobre a face da Terra-moderna: a indústria da guerra; não poderia haver aviões, automóveis, computadores, celulares, agricultura em grande escala; não poderia haver conforto e luxo, nem fome. A vida moderna é “inconcebível” sem “a” mineração. A modernidade é integralmente, em sua evolução e em seu presente, uma completa *vivência mineral*.

Como tal, a vida moderna tampouco pode prescindir do colonialismo-colonialidade; quer dizer, não pode se privar de recorrer à contínua exploração da *Natureza*. A mineração moderna naturalizou a exploração; fez dessa a base da civilização. *A civilização ocidental mineralizou a condição humana*; provocou uma incrível capacidade de tolerar e acostumar-se à violência e à crueldade, método imprescindível de produção. *Criou uma espécie (in)humana estranhamente incapacitada para sentir e reagir diante da devastação da Vida*.

Este trabalho procurou abarcar minimamente a centralidade histórica que a mineração moderna teve e tem na

produção do mundo moderno. Procurou, em especial, descobrir as bases coloniais e seus efeitos, ainda hoje vigentes. Ao escavar superficialmente em dois de seus sítios fundacionais, tratamos de mostrar a incidência geradora que a mineração — essa particular forma de mineração que nasce nos olhos e no coração de Colombo, na ilha de Santo Domingo, e que se completa e aperfeiçoa anos mais tarde, com o descobrimento e a exploração de Potosí — exerceu na estruturação da Civilização moderna, ou seja, do Ocidente; ou seja, da ordem colonial do capital.

Percorrendo a história às avessas, fazendo uma genealogia básica, vimos e procuramos mostrar como a modernidade teve suas origens na profunda Revolução Mineradora desencadeada em torno de Potosí no século XVI, antes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

Potosí foi o princípio da mineração moderna e, portanto, também o princípio gerador da modernidade ocidentalocêntrica. Ali se geriu uma forma peculiar de mineração estruturada distintivamente como a mineração *do ouro e da prata e do chumbo e do aço*. Ali teve lugar o aperfeiçoamento tecnológico do amálgama que vinha se formando entre a arte-da-guerra e a racionalidade-da-acumulação; terminou de se forjar ali essa perversa liga que constituiu as bases materiais e simbólicas do poder do Ocidente.

Tentamos colocar em evidência o papel determinante que essa nova mineração teve na gestação, produção, expansão e manutenção da realidade positiva da ordem colonial moderna; como a civilização do capital — e o Ocidente, sua concretude hegemônica — forjou-se, com base nos suportes materiais e simbólicos da exploração colonial mineira; como a mineração foi central para o *devir-capital* do mundo, para o *devir-mundo* do capital.

Aquela *mineração potosina* originária teve profundos impactos macro e micropolíticos, inerentemente conectados. São os efeitos do Príncipe Potosí. Essa mineração criou o indivíduo como agencialidade moderna; proveu o *fim* (ouro e prata) e os *meios* (chumbo e aço). Mediante o classicamente denominado processo de racionalização — criticamente considerado como a colonialização do mundo da vida e aqui especialmente entendido como *mineralização da subjetividade* — essa mineração pré-constituiu as bases do *habitus moderno*; foi moldando suas formas típicas, normais, de pensar, de sentir, de atuar, de ver, de valorizar; portanto, também de não ver, não sentir, não valorizar.

No plano macropolítico, essa racionalidade do *ego conqueror* moldou uma geopolítica, a do mundo colonial, dividida pela *linha abissal* que separa o espaço colonial do centro e o espaço colonial da periferia. Fascinado com o *Oriente*, criou primeiro a *América* e a *África*, espaços de morte onde germinou o terror; depois a *Europa*, como balança de poder para dentro que exerce o saqueio para fora. E, logo, o *Ocidente*, como horizonte do humano. Mais recentemente, a Globalização como única realidade; *pensamento único*.

O fim e o meio dos indivíduos se transformam em fim e meio da sociedade — a dominante. Seu processo, necessariamente autoexpansivo, culmina na ordem tecnocrática global como ponto mais alto da evolução. Uma ordem plenamente racional, plenamente científica, cujo fim é a acumulação e cujo meio é a violência.

O colonialismo — moderno — é capitalismo desde as origens. O capital nasce do sistema colonial; isso já havia sido explicado por Marx: desencadeia-se no exercício brutal da violência e nunca mais poderá prescindir dela. Pelo contrário, capitalismo e colonialismo se constituem mutuamente; ambos nascem das jazidas de ouro e prata das Américas; Potosí forja o mundo colonial: forja a periferia

como efeito de devastação e saqueio; forja o Império como feito da concentração dos meios de poder. A violência e a acumulação se institucionalizam. Nasce, portanto, o Estado, o Mercado e a Ciência. A guerra e a acumulação entrelaçam as articulações estruturais que os fazem funcionar como grande aparato semiótico-político da produção da realidade: quer dizer, de conquista, colonização, exploração. A ciência moderna se construiu, assim, como essa forma de conceber e de produzir o conhecimento como meio de dominação; um saber propriamente minerador, puramente *extrativista*. Pensada e desenvolvida desde e como meio da conquista colonial da Natureza, interior e exterior, a episteme moderna opera dessacralizando a Vida; objetifica-a, faz dela puro objeto de conhecimento e de valorização; pura mercadoria, sejam recursos naturais/matéria-prima, seja força de trabalho/capital humano.

Visto retrospectivamente, ainda olhando para Marx, cabe situar o pecado original (não só econômico, mas *ecobiopolítico*) da modernidade mineira nessa ruptura radical, física e metafísica, que o *indivíduo* instituiu entre a Terra-Mãe e os corpos-populações como *Entorno de Vida fundamental* da espécie. Essa ruptura do metabolismo socioecológico da reprodução humana foi obra e graça do Capital, científica e estatalmente consolidado. Interveio nos fluxos energético-nutritivos fundamentais; em primeiro lugar, o fluxo que vai da *Terra* ao *Corpo* em forma de *Alimento*; também os fluxos de reciprocidade que unem os corpos à população e fazem dela *Comunidade*, base material e simbólica do trabalho social; interveio, além disso, no fluxo que devolve criativamente a energia na forma de *Trabalho social* à sua origem, a Terra, e que, de tal modo, vai transformando-a, recriando, produzindo o território como uma segunda natureza.

Este processo de fenomenal desmembramento do Entorno de Vida teve enormes consequências histórico-geográficas; consequências que operaram como *efeitos civilizatórios*. A interrupção dos fluxos vitais por e através da mercantilização da Terra, do Alimento e do Trabalho criou a *fome* e o *luxo*, par dialético da pedagogia do terror, encarregado da educação das subjetividades modernas no âmbito racional dos *lucros*.

Com a ruptura do processo metabólico, os fluxos entre a Terra e os Corpos deixam de estar dirigidos à produção e à reprodução dos meios de vida e passam a ser concebidos como meios de produção e acumulação da moderna forma de riqueza, o *valor*. A *fome* é consequência direta dessa ruptura; é expressão também do desgarramento do indivíduo em relação à Comunidade; o indivíduo moderno é um *sujeito desamparado*, desprovido do abrigo da comunidade. E é também um sujeito fragmentado por dentro (uma racionalidade separada de sua afetividade). Assim como a fome resulta da expropriação, o luxo é a expressão etnográfica-sociológica da acumulação. Como anverso (colonial) da fome, o luxo, a acumulação é igualmente consequência direta da ruptura política da Comunidade (indivíduos-em-situação-de-mercado) e da ruptura ecológica com o Território (consumidores fetichizados, desprovidos das fontes de vida).

A ruptura do metabolismo social é, definitivamente, *expropriação*: essa resume a complexa profundidade da pragmática colonial do capital. A expropriação é violência originária que se faz endêmica, que, uma vez instalada, habita os territórios e os corpos. Profana o *Alimento* e o *Trabalho*; opera sua mercantilização. O trabalho social deixa de ser *minga*, *minga* com a Terra e com a comunidade, ou seja, *intercâmbio*, *reciprocidade*, *fluxo*, *circularidade*. Passa a ser *mita*, *mita* mineira, quer dizer, expropriação das energias corporais para a acumulação privada. O trabalho, assim colonizado pela lógica mineira do capital, deixa de

ser reprodução dos *meios de vida* e passa a ser produção destrutiva da *riqueza* (valor de troca).

Como descreve Weber (2004), o trabalho moderno já não tem nada a ver com o cuidado e a ampliação dos meios de vida; é, em contraposição, *racionalização-profissionalização*, quer dizer, a total e absoluta colocação dos sujeitos à disposição da realização do capital. É exploração do corpo e entrega da alma. Exploração e autoexploração. Como tal, surge e se apropria dos corpos através da necessidade; do *lucro* — da busca fetichizada do reconhecimento do *ser* por meio do *ter*. O trabalho moderno é moldado pela árdua tarefa educativa empreendida pela violência socialmente instituída da fome e do luxo. Suas consequências estão à vista: exploração — alienação — fetichização.

Se para a comunidade humana a ruptura do metabolismo social conduz a essas graves consequências, os efeitos que implica sobre a Terra-Mãe não são menos drásticos. A objetificação-cientifização-mercantilização da Natureza impulsiona a destrutividade intrínseca do sistema produtivo moderno, como advertiram Walter Benjamin (2011) e Herbert Marcuse (1993), entre outros. *A crise ecológica global é o irrefreável efeito sistêmico resultante da alienação territorial que opera a economia colonial do capital*. A alienação dos territórios é a alienação da Vida em suas raízes; insensibilidade dos fundamentos da Vida; *saudade*, *afastamento dos laços que nos mantêm sujeitos à Vida*.

A economia moderna-potosina, a do *ouro* e da *prata* como fim, assentada no *chumbo* e no *aço* como meios, implica, em definitivo, a total colonização-fetichização do *entorno da Vida*. Alienação dos territórios-corpos; expropriação e afastamento dos meios de reprodução. A fetichização-mineralização expressa, assim, subjetividades, sociabilidades, sensibilidades,

institucionalidades e territorialidades que deixaram de estar essencialmente ligadas-afetadas à Terra — fundamento da Vida — e à Comunidade — espaço de recreação e cuidado (Boff, 2005), para estarem completamente à disposição unidimensionalmente ligadas à lógica autoexpansiva e concentradora do capital.

Sendo tais, muito sumariamente, os efeitos macro e microecobiopolíticos desencadeados pelo Princípio Potosí, não há que perder de vista que o meio de produção por excelência da ordem colonial moderna foi e é a violência; a violência sistemática, estrutural, radical, metódica; arraigada no mais profundo do solo positivo do real. Como se procurou mostrar, a mineração moderna nasceu de um exercício abissal de violência.

Desde o extermínio dos povos do Caribe ao genocídio sistemático prolongado por mais de um século em Potosí, os massacres dos povos convertidos em mineiros foram recorrentes, crescentes e sistemáticos. Desde as profundidades da história até o presente, desde a época do vice-reino aos tempos da república, passando por governos nacionalistas ou liberais, e até hoje, a *deprecação* das entranhas da Terra exigiu o recurso sistemático e crônico da *repressão* contra as populações submetidas à expropriação. A história da mineração moderna no mundo todo, mas em particular em Nossa América, é uma história de massacres; de territórios, trabalhadores e povos imolados sacrificialmente no altar do progresso. O progresso mineiro foi o progresso das “artes da guerra”; foi também o progresso do colonialismo; sua expansão e globalização. Primeira indústria global, a mineração moderna impulsionou a sangue e fogo a ocidentalização do mundo; e segue fazendo-o, enfurecendo-se especializadamente contra as populações *inferiorizadas*. Ao longo de sua história de mais de quinhentos anos, a mineração moderna desencadeou guerras, promoveu golpes de Estado, magnicídios e fratricídios;

elegeu governos e os depôs; criou um mundo em estado permanente de guerra...

Em suma, a mineração moderna é inseparável do colonialismo e do capitalismo; é o princípio gerador e a base material e simbólica de suas dinâmicas de expansão e sustentação. A violência é indispensável e consubstancial a tais fenômenos e processos. A ordem colonial do capital, erguido e expandido com base na indústria mineira, é assim violência geológica; é um solo duro, endurecido, de múltiplas capas de injustiças acumuladas. De dor e morte dos *expropriados da humanidade*. De territórios e corpos arrasados... As feridas sem fechar se prolongam em impunidade; e novas feridas e sangue voltam a derramar-se, quase sem deixar que as de ontem cheguem a cicatrizar. Assim é o colonialismo; assim se constrói e se faz presente... Dia a dia; minuto a minuto; atropelo depois de atropelo. Morte sobre morte.

A violência vai criando, assim, *habitus* a sua imagem e semelhança; a descomunal casuística histórica da violência colonial, e especificamente da violência mineira, somatiza-se; territorializa-se; institucionaliza-se. Cria-se uma cultura, uma civilização da guerra e da morte. Isso é o Ocidente. Essa é a *necroeconomia* do capital.

Ao longo dos ciclos de expansão da mineração e do colonialismo modernos, a violência geológica dessa civilização seguiu uma *fisiologia própria*, com diferentes modos de violência marcando funções e etapas específicas. A fisiologia do colonialismo se expressa nos ciclos históricos de violência. Como se disse, a violência extrema do terror abre os ciclos inaugurais de cada novo processo de conquista colonial; é a fase da violência manifesta, brutal; do uso antieconômico das armas e da guerra, especificamente destinados a produzir a expropriação radical e a instalar o medo como estado social. Depois dela, uma vez instaladas

as condições estruturais de expropriação, a violência se torna endêmica; tende a fazer-se violência da vida cotidiana, a passar imperceptível nos elementos constitutivos da vida social. É a fase da violência propriamente econômica; economia de esforços, economia de sangue, pois, seja por medo ou por fome, exerce-se sobre corpos já acovardados, já domesticados, já resignados. E, finalmente, esses passam a ser corpos plenamente colonizados pela racionalidade do lucro, da acumulação. É o mundo positivo do crescimento perpétuo; é o mundo fantástico das mercadorias, do conforto e do luxo; onde o consumo se apropriou monopolicamente do sentido da vida. Quer dizer, onde a violência operou o total descolamento entre corpos e almas. É a fase final da violência como fetichização. Uma vez cruzada essa linha, o colonialismo se torna colonialidade; a autoexploração, dever moral; naturaliza-se a entrega sacrificial dos corpos e dos territórios no altar do progresso.

A colonialidade é, assim, ação e efeito da fetichização; é o colonialismo em estado de naturalização. O Ocidente investiu tantos recursos na guerra como na produção dos meios de violência simbólica. Ocupou-se de construir uma ideia de racionalidade adequada à lógica prática da conquista e da colonização; a violência colonizou a razão ocidental e fez dessa uma de suas armas mais eficazes. De tal modo, com a ajuda imprescindível da inteligência da filosofia e da ciência, o Ocidente operou a grande Inversão histórica: a assimilação da colonização à civilização. O mais seletivo do pensamento ocidental — de Descartes e Hobbes a Kant, Locke e Adam Smith, e desses a Hegel — dedicou-se a criar paciente e sistematicamente uma *economia moral da expropriação* que levou a assegurar a legitimidade dos superiores, a apagar as marcas de sangue e de desumana crueldade com base nas quais os conquistadores se ergueram como tais.

Nos termos de Aimé Césaire (Boff, 2005), a colonialidade é a total *inversão* da colonização como civilização. Trata-se de uma civilização que legitimou os meios de violência como padrão de estratificação e de regulação da vida e da espécie; é violência que se naturalizou em racismo, em classismo e em sexismo. Dito nos termos de Enrique Dussel, é a grande *filosofia do encobrimento*.

O encobrimento cria, assim, a razão colonial: a que opera o apagar da linha demarcatória entre a vítima e o vitimário; inverte os papéis e as posições. Faz com que a violência em escala industrial seja natural; que os grandes genocídios sejam vistos como catástrofes naturais; que cada tragédia provocada pelo sistema se perceba e se conceba como alheia à órbita das decisões humanas. Então, o mundo se converte e funciona como um regime estrutural de violência que não se vê como tal: a violência não se sente, as vítimas não são enxergadas. É o reino da Razão indolente (Sousa Santos, 2010).

Ou seja, a opressão estrutural das vítimas está plenamente justificada e legitimada pela construção de um imaginário que naturaliza as desigualdades nascidas e surgidas pelo efeito histórico do exercício do poder. A exploração social, as desigualdades historicamente criadas são percebidas e concebidas como resultantes das diferenças de esforços, de méritos e de capacidades (morais, intelectuais etc.) entre os indivíduos. Há uma biologização da exploração; uma racialização das relações de poder. Os pobres, as mulheres, os camponeses, os povos originários, os trabalhadores, as vítimas, definitivamente, são tidas como sujeitos *incompetentes*.

A colonialidade, no fundo, opera a desumanização dos sujeitos que são objeto da violência. E esse é o primeiro passo para o apagamento das marcas dos culpáveis. Esse apagamento é histórico e existencial. As vítimas

desaparecem como tais. Deixam de ser pessoas, com nome e vida próprios. Passam a ser circunstância: apenas — com sorte — um número; muitas vezes, um número difuso, como difusas são as causas dos desaparecimentos.

A mineração moderna e o colonialismo moderno do capital sabem disso; entendem de ocultar as vítimas; de fazê-las desaparecer. Na fase mais extrema da expropriação, a expropriação existencial, nunca existiram, como adverte o historiador Peter Bakewell (1999) sobre as vítimas de Potosí: “Não se sabe com precisão, e nunca se saberá, quantos índios morreram nas minas da época”. Uma asseveração tão cientificamente correta. Qualquer estimativa, qualquer cifra é um risco; pura especulação. Como agora: dizer que há trabalhadores mortos que não aparecem nos jornais; que há populações inteiras afetadas pelas doenças provocadas pela mineração; que há vítimas da violência parapolicial e policial exercida em defesa dos interesses supremos da nação (quer dizer, do capital; quer dizer, nesse caso, das mineradoras); que há quantidades enormes de vítimas do câncer, da fome, perseguidas, torturadas, é “pura especulação”. “Não há provas.” E até o mais provável é que seja tudo um “grande exagero”. “Exagerar é mentir; é deformar a realidade. A realidade é precisa; a ciência fala através de cifras, de estatísticas. Fala de fatos comprováveis, não de especulações. É uma grande irresponsabilidade...”

As vítimas de Potosí, de Huancavelica, assim como as de Bagua, de Alumbra, de Cerrejón, de Yanacocha, são invisíveis; não se pode certificar que existam ou não; não só não figuram nas estatísticas oficiais como seu próprio estatuto de realidade é discutível, difuso, incerto. Entram exata e literalmente na definição da categoria de “desaparecidos”, tristemente cunhada pelo ditador argentino Jorge Rafael Videla. As vítimas da mineração colonial, as de hoje como as de ontem, são desaparecidos. Da história. Da realidade:

O que é um desaparecido. Se reaparecesse...  
é uma incógnita o desaparecido. Se reaparecesse...  
um tratamento X, e se a desapareição se convertesse  
em certeza de falecimento teria um tratamento Z. Mas,  
enquanto esteja desaparecido, não pode ter nenhum  
tratamento especial. É uma incógnita, é um desapare-  
cido, não tem entidade, não está nem morto, nem vivo.  
Está desaparecido.<sup>1</sup>

Os superiores negam a existência das vítimas; para eles,  
não contam; o único que conta é o progresso. Os supe-  
riores acreditam em sua superioridade; assumem-se  
como expressão de seus méritos. Bem válido, nessas  
circunstâncias, o realismo dos assessores do Pentágono.  
Eles sabem bem e não se deixam enganar pelas próprias  
mentiras. Têm ciência de que, como disse Huntington,  
“conquistaram o mundo não por causa da superioridade  
de suas próprias ideias, valores ou religião, mas pela  
superioridade demonstrada na aplicação da violên-  
cia organizada”.

1 Declaração de Jorge Rafael Videla publicada no jornal  
*Clarín*, 14 dez. 1979.



#### 4.2. Do Princípio Potosí à mineralização da condição humana: ecologia política das emoções

*Progresso — Civilização — Mineralização.* A ideia hegemônica da civilização e do humano como condição foi gestada ao compasso das explorações mineiras: essa forma particular de conceber e praticar a mineração, que engendrou o Ocidente, centrada em fazer dos metais expressão e meio dileto tanto de acumulação do capital quanto dos meios de violência.

A mineração da civilização circula por essa corrente superficial na qual a cobiça originária (e perseverante) do ouro materializou o fabuloso nascimento do sistema financeiro mundial, e no qual a aplicação das técnicas mineiro-metalúrgicas centralmente direcionadas à fabricação de armas desembocou no incrível aparato militar-industrial contemporâneo, um arsenal cujo potencial de destruição é tão enorme como a própria produtividade que exerce sobre governos, políticas e instituições. No plano estritamente econômico, a indústria da guerra, cada vez mais sofisticada na arte de matar, investe logo seus ganhos no âmbito da *economia civil*, recriando o mundo do conforto mediante a produção incessante de novos suportes materiais da economia do luxo, esfera igualmente imprescindível para o funcionamento geral da dinâmica do capital.

A essa corrente superficial, que conforma a anatomia biopolítica das sociedades modernas, temos de agregar a consideração das camadas subterrâneas da civilização-mineralização. Referimo-nos ao processo de constituição das subjetividades que habitam essas paisagens; às corporalidades agenciais que, a partir de seus modos sócio-históricos de ver, perceber, valorizar, pensar o mundo, suas ações e seus sentidos, produzem e reproduzem em forma

majoritária e dominante as práticas que, cotidianamente, fazem deste o mundo real, positivo.

Em termos gerais, as sensibilidades e as sociabilidades se ajustam ao padrão de requisitos de reprodução do sistema. Os múltiplos e cada vez mais sofisticados processos de educação pelos quais o *lucro* coloniza os desejos e as emoções respondem por boa parte da eficácia da tarefa. O aparato repressivo que constrói os entornos de terror funciona como mecanismo complementar e de última instância. A mineralização dos sujeitos alude, assim, aos complexos processos através dos quais os territórios afetados pela modernização mineira dão lugar ao remodelamento dos *habitus* e à simultânea reconfiguração das subjetividades e sensibilidades objetivamente exigidas para a produção e reprodução dessa tal civilização.

Em nossa análise nos detivemos na *escavação do sítio Potosí* porque, como princípio ativo, continua construindo realidade. Além disso, a positividade de seus efeitos originários faz com que sua indagação sirva como chave hermenêutica para os cenários do presente. De fato, a história de Potosí surpreende pelas impactantes semelhanças e paralelismos entre aquela mítica cidade moderna originária e as paisagens socioantropológicas dos entornos mineiros do presente.

Potosí foi o princípio histórico e biopolítico fundamental da estruturação do mundo moderno-colonial como tal. Selou a aliança em função da qual estruturou-se a economia-mundo moderna; uma economia política autêntica e literalmente concebida e aplicada como economia de guerra; uma economia propriamente mineira, que naturalizou a exploração como meio de acumulação. E que expande continuamente sua potência conquistadora e colonizadora como condição para a “sustentação da civilização”.

Para além das enormes diferenças entre essa primeira modalidade de mineração moderna e a que se pratica nos contextos neocoloniais atuais, há uma fundamental continuidade e semelhança que as identifica como fenômenos estruturalmente equivalentes. E isso tem a ver com a assombrosa potência criativa/destrutiva que a mineração teve e tem sobre as populações, os territórios, os recursos, as práticas, as instituições; em suma, a *realidade*.

Vista como fonte fundamental de criação de riqueza, a mineração é a atividade em torno da qual gira a realidade; é a que tem prioridade sobre tudo. Absolutamente tudo. A que define, condiciona e decide sobre a vida e a morte; avança criando o progresso, produzindo a história, a todo custo; diversificando as formas de organização da vida e destruindo outras. É uma das formas do anjo da história de Walter Benjamin.

Se ao princípio essa violência foi exercida de forma cega e desordenada, ao longo da história foi se aperfeiçoando e complexificando, até encontrar as formas e as doses adequadas a cada momento e circunstância. Foram mudando as técnicas, as táticas, as modalidades e os dispositivos, mas no fundo o mesmo princípio atuante seguiria e segue funcionando como produtor do mundo (moderno-colonial). A violência, que no princípio se lançava diretamente sobre os corpos, usados como meios de exploração dos solos, hoje se investe e emprega tecnologias cuja violência se exerce sobre os territórios como meios de disposição dos corpos. Mas, além das enormes distâncias que separam as modalidades extrativas criadas em Potosí e as avançadas tecnologias contemporâneas, ambas repousam no mesmo abusivo princípio.

Em Potosí, a *mita* triturava corpos indígenas e os envelhava com mercúrio; hoje a mineração em grande escala opera triturando montanhas e presenteando-as com outras tantas substâncias tóxicas. Ao fazê-lo, tritura também o

mais profundo da natureza interior; não só os territórios-corpos, mas a *humanidade do humano*.

É que destruir as fontes de água; explodir montes inteiros; executar o deslocamento forçado de populações; subtrair e transferir os meios de vida que as comunidades historicamente construíram com base em complexas e intensas interações com os territórios; perseguir, reprimir e criminalizar os que se opõem a suas explorações; instalar rádios e semear publicações especializadas para difundir as bondades da mineração e para educar para a sustentabilidade; proibir plebiscitos ante o iminente risco de que o NÃO saia vencedor; ganhar eleições opondo-se às explorações mineiras para em seguida governar em nome das empresas... Não seriam múltiplas e brutais formas de violência? Cada um e todos esses fatos não produziriam um dano imemorial e irreparável nos territórios, nos sujeitos, nas comunidades, nas instituições de direito? Quais seriam, na realidade, as remediações que a mineração pode oferecer a esses danos? Que eficácia restitutiva teriam, diante deles, os planos de fechamento de minas e as compensações?

Estamos ante um entorno estrutural e endêmico de violência. Isso é o que realmente significa, material e simbolicamente, a megaexploração mineira em nossos dias. A tecnologia mineira contemporânea só pode operar com uma tecnologia que signifique um sofisticado maquinário de violência em grande escala. Onde se radica, a conflitividade explode; uma conflitividade estrutural e de longa duração. Muito dificilmente os habitantes podem recuperar a vida (sua história, seus projetos de futuro) que tinham antes de um *empreendimento minerador*. Disso estamos falando quando nos referimos à expropriação ecobiopolítica: de violência radical endêmica.

“Mas há moradores que estão de acordo”, dirão, com razão. “Há gente que apoia a mineração, que acredita em suas promessas, que precisa de trabalho”, dirão, com razão. Há também gente resignada, cansada de tanto lutar e não ser escutada; gente indiferente; gente que fez seus negócios com a mineração e que vai bastante bem. Há diferentes tipos de pessoas que, definitivamente, foram em graus variáveis lixiviadas pelo poder corrosivo da mercantilização.

É assim que opera a mineração moderna. Desde a exploração até o fechamento da mina, precisa de trituração e de lixiviação do humano; do sentido da vida; da sensibilidade vital. A mineração precisa construir subjetividades bem educadas na razão indolente; plenamente incorporadas à civilização. Elas negam autenticamente a existência da violência; acreditam claramente que violentos são os outros; que não há devastação nem contaminação; não mentem; é que, realmente, *não sentem...*

São subjetividades e sociabilidades colonizadas pela lógica do lucro. Vivem plenamente no mundo do progresso, quer dizer, na plena aceitação da lógica do sacrifício e da compensação; da compra-venda. A amputação dos territórios nos quais são realizadas as atuais explorações torna necessário também que se recorra à anestesia em larga escala, à total insensibilização/fetichização das populações sujeitas à expropriação. Desde as primeiras desapropriações, as localidades mineiras transformaram-se em povos partidos; sociedades divididas e enfrentadas. Literalmente minadas por dentro. A empresa de hoje faz explosões não só nos morros como no tecido das comunidades do entorno: constrói seus *stakeholders* e com eles estabelece relações, cria fornecedores locais e os utiliza como tropa de choque contra quem se opõe. Em suma, separa os elementos que são lucrativos daqueles que são convertidos em material estéril. Descarta

os resíduos, busca formas de eliminá-los. Lixivia e explora até o final aqueles que lhe têm serventia.

Assim é a micropolítica da mineralização. As experiências de exploração se tornam corpo. A mineração contemporânea dispõe de um arsenal completo e complexo para fabricar seus entornos de aceitabilidade social. Trata-se de conhecimentos e tecnologias desenhados cientificamente até o último detalhe, e completamente racionalizados em manuais de operações, códigos de conduta, protocolos de manejo — tanto de substâncias como de sujeitos perigosos; inclui o mundo das certificações, o exército de consultorias, fundações, publicitários e *designers*.

Através da manipulação das percepções, as grandes corporações instalam um novo “regime de regulação das sensações” (Scribano, 2007) destinado a fabricar as sensibilidades e sociabilidades requeridas e adequadas ao entorno do negócio mineiro; as subjetividades cabalmente mineralizadas. É a micropolítica da expropriação, aquela que fala de como a experiência se torna corpo; de como os superiores incorporam sua superioridade e como os inferiores a carregam *à flor da pele*, de como os manifestantes carregam seu estado de suspeita na postura corporal; e de como os fornecedores e os consultores da mineração caminham e veem sabendo que são respaldados pela lei e pela verdade científica. As relações de dominação, à força de violência, acabam assim *epidermizando-se* (Fanon, 1973).

É que a violência histórica da civilização calou fundo na memória territorial e corporal dos povos. Cada fase de reconfiguração neocolonial implica a renovação e a reestruturação das formas e dos modos da violência, que vêm para consolidar as velhas placas geológicas das violências passadas e sedimentá-las nas formas de perceber e sentir o mundo. Assim, a civilização nascida do encantamento

do ouro e da eficácia do chumbo cristalizou as subjetividades modernas, que são sujeitos cabalmente mineiros; o exercício sistemático da violência cristalizou e calcificou as afetividades; produziu um corrosivo processo de mineralização das emoções e dos sentimentos.

Surgem dessa maneira subjetividades que não se alteram diante das explosões e das drenagens ácidas, da destruição dos glaciares, dos corpos perfurados pela fome; observam imparcialmente as cenas de repressão; registram impávidos as descrições dos impactos ambientais. Nada os comove, nada os perturba. Ou melhor, sim: sentem-se profundamente alterados pelas cotações das bolsas, as altas ou as baixas dos mercados futuros; *excitam-se* com cada ponto de alta nos preços do grama do ouro ou do quilo do cobre. O coração deles bate ao ritmo de Toronto; a depressão os afeta quando os mercados desmoronam. Assim vivem, sentem e percebem as subjetividades mineralizadas da ordem colonial. Sujeitos petrificados, com o coração de mármore e a sociabilidade perfeitamente polida; finamente terminados e moldados segundo a lógica da *razão indolente*.

As emoções e os sentimentos, expressões de como os corpos e os espíritos são afetados pelas relações e pelos entornos, constituem a unidade elementar da condição política. Costumam ser a liga entre o pessoal e o social; dão conta de como o corpo social sela suas impressões nos corpos-indivíduos. Gritos, choros, bronca, dor, indignação, gargantas inflamadas, olhos avermelhados, punhos e dentes apertados costumam ser as expressões políticas dos corpos lacerados pela ordem imposta; corpos afetados pela dor e pelos atropelos crônicos, a violência endêmica, própria dos contextos coloniais. Quando essa dor desborda, mobiliza os corpos e explode em rebeldia. As revoltas costumam ser isso: expressões massivas de sentimentos populares intensa e extensamente contidos. Como as águas de nossa terra que brotam em torrentes e descem

vertiginosamente dos morros, as paixões emanam com força incontível dos corpos historicamente humilhados para gritar “Basta!”.

Ver e sentir as agressões aos territórios como agressões aos próprios corpos é certamente uma questão subjetiva. Eminentemente subjetiva. Não sentir nada diante de tantos atropelos e permanecer como espectadores externos de um espetáculo que não nos afeta é algo, também, subjetivo. Subjetividade e objetividade remetem à forma política em que se processam os sentimentos humanos — pessoais e coletivos — nos discursos e nas práticas. A modernidade colonial condenou, desde os primórdios, a expressão dos sentimentos. Fraquezas que ferem a racionalidade, obstáculos que impedem o conhecimento verdadeiro das coisas, as emoções e os sentimentos foram sempre, como os territórios e as naturezas, objeto de domínio por parte da *razão e do lucro*.

Como se viu, a modernidade definiu o civilizado como o desapaixonado; a racionalidade como o estágio de domínio e controle sobre os sentimentos. A expressão direta e plena do que sentimos foi, desde então, assimilada ao bárbaro e ao primitivo. Assim nasceu a objetividade: como negação do que sentimos.

Daí que não deve haver sentimento político que expresse mais cabalmente a moral burguesa colonial que o cinismo, essa arte de mentir descaradamente; de ocultar as emoções e controlar as paixões próprias para exercer o domínio sobre os corpos e as ações alheias. Cinismo que se cultiva em intencionalidades inconfessáveis e se desenvolve no exercício de dizer sempre o politicamente correto, ainda que seja falso; ainda que não sinta o que diz como próprio. Cinismo que, definitivamente, é o triunfo pleno do lucro sobre os sentimentos. Corpos radicalmente insensíveis; completamente *mineralizados*.

Diante deles, confrontados biopoliticamente, estão os novos “selvagens” do século XXI. Eles e elas são, como diz Marcos Pastrana, militante nos Vales Calchaquies, na Argentina, “os que sentem na própria carne as agressões a nossos territórios; os que não estão amortecidos pelo dinheiro; os que não acreditam que vivem do computador, do caixa automático, da gôndola do supermercado”.

Certamente “in-civilizados”, os sujeitos desses movimentos não têm inclinação à “lógica das compensações”. Diante das ofertas de “negociações democráticas”, mostram-se “irracionais”, “fundamentalistas”. Não dominam a língua e a religião oficiais: não falam a língua do dinheiro, dos preços, das cotações; não sabem nada de investimentos nem de taxas de retorno. Não professam o credo do capital, nem o culto moderno do “desenvolvimento”. Não são fiéis do mercado; não praticam a liturgia consumista que vê no ato de comprar a expressão da felicidade.

Melhor dizendo, praticam um culto pagão, passível de (novas formas de) perseguições e excomunhões. Professam o culto do Cuidado; acreditam na Mãe Terra; rendem-lhe tributo e respeito porque se sabem e se sentem vitalmente ligados a Ela, pelo cordão umbilical do Alimento e do Trabalho-em-Comum. Não acreditam nas mercadorias, mas no valor de uso; não sabem de prazos bancários, mas do longo prazo e do tempo geológico da Vida. São os novos selvagens de nossos tempos. São os que rendem culto à Água dos rios, que corre vermelha por suas veias, e rezam em ação de graças pelo amparo de ser-comunidade.

Loucos “pachamamistas”? Pode ser.

Para os crentes do culto oficial, estão certamente “loucos”. Doentes da cabeça, perderam a razão.

Para os “pachamamistas”, por outro lado, os civilizados é que estão doentes. E que, como diria Aimé Césaire, “mais que a cabeça, perderam o coração”.